

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
CAMPUS ROLIM DE MOURA**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO  
CAMPO COM HABILITAÇÃO EM CIÊNCIAS DA NATUREZA E CIÊNCIAS  
HUMANAS E SOCIAIS**

**PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> MARIA BERENICE ALHO DA COSTA TOURINHO  
REITORA**

**PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> MARIA CRISTINA VICTORINO DE FRANÇA  
VICE REITORA**

**PROF. DR. JORGE JUIZ COIMBRA DE OLIVEIRA  
PRO-REITOR DE GRADUAÇÃO**

**PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> DALZA GOMES DA SILVA  
DIRETORA PRÓ-TEMPORE DO CAMPUS DE ROLIM DE MOURA**

**ROLIM DE MOURA-RO**

**2014**

## **COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO**

### **Professores**

Prof<sup>a</sup>. Msc. Adriane Pesovento (Departamento de História)  
Prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup>. Avacir Gomes Santos (Departamento de Educação)  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Dalza Gomes da Silva(Departamento de Agronomia)  
Prof. Msc. Everaldo Santana (Convidado Especial - SEDUC/RO)  
Prof<sup>a</sup>.Esp. Maria de Fátimade Oliveira (Departamento de Educação)  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Flavine Assis de Miranda (Departamento de Educação)  
Prof<sup>a</sup>. Msc. Maria das Graças Araújo (Departamento de Educação)  
Prof. Msc. Nelbi Alves da Cruz (DED-PVH/PPGE-UFMT- Convidado Especial)

### **Representante dos Técnicos**

Nágila Nerval Chaves

### **Acadêmicos (as)**

Hilda da Cruz Nogueira Lovo

Rodrigo Mistrello

### **Movimentos Sociais e Entidades Participantes**

Movimento dos Pequenos Agricultores  
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
Representante Escola Família Agrícola  
Secretaria de Estado de Educação e Cultura  
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rolim de Moura  
Comissão Pastoral da Terra

<b>SUMÁRIO</b>		
	<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>04</b>
<b>1</b>	<b>CONTEXTUALIZAÇÃO</b>	
1.1	Breve Contextualização da Universidade Federal de Rondônia.....	<b>05</b>
1.1.1	<b>Nome da Instituição.....</b>	<b>05</b>
1.1.2	<b>Base Legal.....</b>	<b>05</b>
1.1.3	<b>Perfil e Missão da UNIR.....</b>	<b>05</b>
1.1.4	<b>Dados Econômicos da Região.....</b>	<b>05</b>
1.1.5	<b>Breve Histórico da UNIR.....</b>	<b>06</b>
1.1.6	<b>Dados da Universidade.....</b>	<b>06</b>
1.1.7	<b>Dados do Campus de Rolim de Moura.....</b>	<b>07</b>
1.2	<b>Contextualização da realidade econômica e social da região de abrangência do Campus.....</b>	<b>08</b>
	<b>ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO- PEDAGÓGICA.....</b>	<b>09</b>
<b>2</b>	<b>Objetivo do Curso.....</b>	<b>13</b>
2.1	<b>Concepção do Curso.....</b>	<b>13</b>
2.2	<b>Justificativa.....</b>	<b>14</b>
2.3	<b>Legislação.....</b>	<b>19</b>
2.4	<b>Perfil do Egresso.....</b>	<b>20</b>
2.5	<b>Perfil do Curso.....</b>	<b>21</b>
2.6	<b>Contextualização e funcionamento do curso</b>	<b>22</b>
2.6.1	<b>ESTRUTURA CURRICULAR</b>	<b>22</b>
2.7	<b>Curso de Licenciatura Educação do</b>	<b>29</b>
2.7.1	<b>Campo.....</b>	<b>42</b>
2.8	<b>REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DE UM PERFIL DE</b>	<b>42</b>
2.9	<b>FORMAÇÃO.....</b>	<b>42</b>
2.9.1	<b>AVALIAÇÃO E METODOLOGIAS DE ENSINO.....</b>	<b>43</b>
2.9.2	<b>Avaliação Institucional.....</b>	<b>43</b>
2.9.3	<b>Avaliação do processo de ensino aprendizagem.....</b>	<b>4</b>
	<b>Instrumento de avaliação para alimentar o sistema E-Mec.....</b>	
<b>3</b>		
3.1	<b>ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E ACADÊMICA DO CURSO.....</b>	

<b>3.2</b>	<b>Gestão Administrativa e acadêmica do curso.....</b>	
<b>3.2.1</b>	<b>Recursos Humanos.....</b>	
<b>3.2.2</b>	<b>Corpo docente.....</b>	
<b>3.2.3</b>	<b>Corpo discente.....</b>	
	<b>Técnicos Administrativos.....</b>	
<b>4</b>	<b>INFRAESTRUTURA.....</b>	
	<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	
	<b>ANEXOS.....</b>	
	<b>ANEXO A: Ementário.....</b>	
	<b>ANEXO B: Edital SECADI/MEC.....</b>	

## APRESENTAÇÃO

A busca por uma educação digna e decente para/com e dos povos do campo marca uma luta histórica desses sujeitos que tiveram ao longo dos tempos seus direitos negligenciados enquanto pessoas que vivem, trabalham e moram no campo.

Os movimentos sociais do campo, juntamente com a sociedade brasileira consolidam, em parte, esse processo de luta com a promulgação da Constituição Federal em 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394 de 1996, as Conferências Nacionais por uma Educação do Campo, Criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação do Campo, desdobrando-se em inúmeras ações e programas em favor dos povos do campo.

Apesar das ações feitas por parte do poder público ainda permanecem lacunas entre as necessidades educacionais dos camponeses e o que lhe é oferecido, principalmente no que se refere à formação para a docência. A fim de responder a essa demanda é que se apresenta a proposta de criação e implantação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, da UNIR no *campus* de Rolim de Moura.

As várias reuniões e discussões com lideranças representativas da sociedade civil, dos Movimentos Sociais do Campo e a Coordenação Estadual de Educação do Campo de Rolim de Moura, conduziram a elaboração do projeto cujos passos fundamentais estão descritos, bem como toda organização curricular e outras informações inerentes à organização do curso, com base na Resolução 278/CONASEA, de 04 de junho de 2012.

Desta maneira, os Movimentos Sociais, a Universidade e outros segmentos organizados do Estado de Rondônia vêm a cada dia buscando a universalização da educação, compreendendo-a na esfera dos Direitos Humanos, cobrando políticas públicas na área educacional que possam transformar essa realidade.

A partir dessa compreensão decidiu-se coletivamente pela criação e implantação do curso de **Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Ciências da Natureza e Ciências Humanas e Sociais**, tendo em vista a carência de profissionais nessas áreas do saber e que atendam às realidades específicas do campo.

## **1 CONTEXTUALIZAÇÃO**

### **1.1. Breve Contextualização da Universidade Federal de Rondônia**

#### **1.1.1 Nome da Instituição**

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, sediada na Av. Presidente Dutra, nº 2765 – B, Centro–Porto Velho/RO.

#### **1.1.2 Base Legal**

Surgiu como entidade municipal – FUNDACENTRO, por meio do Decreto N° 84.696, de 12/05/1980, publicada no D.O.U de 13/05/1980. Em 08 de julho de 1982 por meio da Lei N° 7.011 foi instituída a Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR, instituição oficial que integra o Sistema Federal de Ensino, nos termos da Lei 9.394/96, com atuação em todo o Estado de Rondônia.

#### **1.1.3 Perfil e Missão da UNIR**

Produzir conhecimento humanístico, tecnológico e científico, articulando ensino, pesquisa e extensão, considerando as peculiaridades regionais, promovendo o desenvolvimento humano integral e contribuindo para a transformação social. Sua visão consiste em consolidar-se como uma Universidade multicampi que, a partir das peculiaridades regionais, alcance níveis de excelência na produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e humanístico, tornando-se referência nacional em suas áreas de atuação, contribuindo para o desenvolvimento humano integral e a transformação da sociedade.

#### **1.1.4 Dados Econômicos da Região**

O estado de Rondônia situa-se na região Norte do País com uma população de 1.562.409 habitantes e está distribuída numa área de 237.590. 547 quilômetros quadrados, portanto sua densidade demográfica gira em torno de 6,58 (h/km<sup>2</sup>). Atualmente possui 52 municípios.

Quanto a pessoas ocupadas com 10 ou mais anos de idade com posição na ocupação e contribuição para o Instituto de Previdência e com carteira de trabalho assinada 250.608 pessoas e sem carteira de trabalho assinada 129.428 pessoas Em

relação ao rendimento mensal de todas as pessoas de 10 anos ou mais, ocupados, gira em torno de R\$ 1.037,88.

O pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários em 31 de dezembro de 2012 do sexo masculino somavam 178 619 e feminino 99.138 indivíduos, com 14 anos e mais idade. Em relação à criação de animais bovinos 8.542.726 cabeças, suínos 317.396 cabeças e ocupa o segundo lugar da região Norte. No tocante à agricultura a produção está assim distribuída: café arábica em grãos está em torno de 11.454 toneladas e representa 88% da produção da região Norte; Café Conilon 66.832 toneladas e representa 96% da região Norte; Laranja- 3.833 toneladas; cana de açúcar – 32.501 toneladas; feijão – 26.560 toneladas; mandioca 92.280 toneladas; milho – 155.734 toneladas; Soja – 150.567 toneladas.

### **1.1.5 Breve Histórico da UNIR**

A Universidade Federal de Rondônia em seus 33 anos de existência constituiu-se em um centro de referência na formação de profissionais de qualidade e excelência em Rondônia, sendo a única instituição pública do estado dedicada ao ensino, pesquisa e extensão.

A área de atuação abrange as ciências humanas, sociais, exatas e da saúde, preocupando-se também com o conhecimento tecnológico e dedicando especial atenção às licenciaturas. Nessa trajetória já realizou atividades de pesquisa, ensino e extensão que contemplavam as realidades singulares da região amazônica.

A UNIR desde a sua fundação vem crescendo e contribuindo para a formação de profissionais qualificados que possam atender a demanda do Estado de Rondônia. Esse crescimento tem sido possível à custa do recebimento de recursos, seja por meio de projetos, de emendas parlamentares ou através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que teve como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior, possibilitando um maior investimento em construções de novas salas de aula, laboratórios de pesquisa e programas que garantem ao aluno uma maior qualidade no perfil profissional de seus acadêmicos.

A sua organização didático-pedagógica e administrativa é regida por um Estatuto, Regimento Geral, Resoluções e Normas emanadas dos Conselhos Universitários, a saber: Conselho Superior Universitário - CONSUN, Conselho de

Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEA e o Conselho de Administração – CONSAD.

No ano de 2012 sua estrutura organizacional foi alterada pela Resolução 014 /CONSUN de 18 de maio com publicação no D.O.U em 11 de Junho do mesmo ano, e a adequação do Estatuto realizou-se por meio da Resolução 015/CONSUN de 19 de setembro de 2012.

#### **1.1.6 Dados da Universidade**

Hoje a instituição oferece à comunidade rondoniense 54 cursos de graduação, na modalidade bacharelado e licenciatura. No que se refere à Pós-Graduação a instituição oferece 10 cursos na modalidade Mestrado e 01 na modalidade Doutorado regular. Já na modalidade à distância são oferecidos 05 cursos de Especialização. Também possui 49 grupos de pesquisa institucionalizados nas áreas das Ciências Agrárias, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias, Linguística, Letras e Artes e vem ampliando cada vez mais a abrangência do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC vinculadas diretamente ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ e a UNIR. Além deste, tem-se o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID e o Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX.

De acordo com o Relatório de Gestão 2007-2010 a instituição possui em seu quadro permanente um total de 549 docentes e 287 técnicos administrativos para atendimento de 7.614 alunos de graduação e 263 alunos da Pós Graduação, matriculados em seus diversos *campi*. Segundo o Relatório de Gestão 2012, atualmente a UNIR possui no quadro efetivo um total de 956 servidores entre docentes e técnico-administrativos.

#### **1.1.7 Dados do Campus de Rolim de Moura**

Em específico, no *Campus* de Rolim de Moura, existe uma área de aproximadamente 10 h/a com uma estrutura física constituída por 03 blocos, onde funciona o Curso de Pedagogia, História, Agronomia, Medicina Veterinária e



Engenharia Florestal. Em um desses prédios funciona a direção do *Campus*, os Departamentos Acadêmicos, a Secretaria Acadêmica e duas salas de aula.

Acrescenta-se a esta estrutura uma área de aproximadamente 100 hectares, localizada a 15 quilômetros da sede do campus, que pertence ao município de Rolim de Moura, mas que é cedido a UNIR para as experiências agropecuárias dos cursos de agronomia, engenharia florestal e medicina veterinária. Neste espaço estão implantados os laboratórios de solos, informática, biologia geral, genética, cinco salas de aula, **laboratório de parasitologia**, e tanques para piscicultura, sendo que essa infraestrutura poderá ser colocada à disposição do curso de Licenciatura em educação do campo ao ser implantado.

O Campus de Rolim de Moura congrega os departamentos de Pedagogia, História, Agronomia, Engenharia Florestal e Medicina Veterinária. Possui 52 professores, 806 alunos matriculados, 06 técnicos. Sua estrutura física está assim configurada:

- 07 Salas construídas
- 07 Salas em fase de finalização da construção
- 01 Biblioteca com acervo de 11 mil livros
- 02 Laboratórios
- 01 Auditório (UAB)
- Em termos de acessibilidade possui piso tátil, rampas e barras de segurança.

## **1.2.Contextualização da realidade econômica e social da região de abrangência do Campus**

O estado de Rondônia possui uma população de mais de um milhão e meio de habitantes, desses aproximadamente 495.264 habitantes residem na zona rural, correspondendo a 35,89% da população do estado no campo. (RONDÔNIA, 2011). Nesse universo, o município de Rolim de Moura ocupa a sétima colocação em termos demográficos.

A microrregião em que se encontra localizado o município de Rolim de Moura é denominada zona da mata e em sua composição tem-se os municípios de Santa Luzia, Alto Alegre dos Parecis, Nova Brasilândia, Castanheiras, Novo Horizonte do

Oeste, São Miguel do Guaporé, Alta Floresta do Oeste, Nova Brasilândia totalizando uma população superior a 150 mil habitantes.

Em termos econômicos o destaque é dado para as culturas de arroz, café, milho, feijão, hortaliças e gado. Cabe destacar que predomina nessa microrregião as pequenas propriedades que praticam a agricultura familiar.

Neste cenário percebe-se uma demanda de profissionais voltados para a economia local que é tipicamente rural. Todavia, a Universidade não tem conseguido atender a população do campo, havendo ampla carência de educadores que atuem na zona rural. Desse modo, há uma grande demanda de empregabilidade que ultrapassa os limites da microrregião, pois o curso de Licenciatura em Educação do Campo irá atender todo o estado de Rondônia ao se considerar as características da pedagogia da alternância que, entre outras coisas, subdivide o curso em Tempo Universidade (TU) e Tempo comunidade (TC), propiciando o ingresso de estudantes de localidades mais distantes (remanescentes quilombolas, ribeirinhos, pequenos agricultores, extrativistas assentados, acampados e indígenas).

Assim, há também um campo vasto de atuação aos egressos do curso de Licenciatura em Educação do Campo, nas Escolas Famílias Agrícolas, nas escolas dos assentamentos rurais, nas escolas das comunidades remanescentes de quilombolas, nas escolas indígenas e povos ribeirinhos e as recém-criadas escolas públicas em alternância no estado. Além dos Institutos Federais de Educação que oferecem cursos na área agropecuária.

Frente a um número significativo da população do campo o Governo do Estado vem realizando ações educacionais no intuito de atender as demandas do campo, porém não tem obtido os resultados que de fato abarque as necessidades das famílias camponesas. O Governo do Estado de Rondônia, por meio da Secretaria de Estado da Educação, iniciou no ano de 2003 o ProJovem-Ensino médio do Campo e em 2007 ampliou esse programa, que visou melhorar os índices de oferta na educação básica do campo.

O Ensino Médio do Campo é desenvolvido em parceria com as Secretarias Municipais de Educação com relação à estrutura física das escolas “Polos” e em parceria no que diz respeito ao transporte escolar. Esse programa também atende à população da floresta, quilombolas, pesqueiros, extrativistas e outros.

São dois programas: ProJovem-Ensino médio do Campo e Projovem-Saberes da Terra, ambos programas federais do Ministério da Educação.

O Ensino Médio do Campo está em pleno desenvolvimento nos 50 dos 52 municípios que compõem o estado de Rondônia, restando apenas os municípios de Rolim de Moura e Ouro Preto do Oeste, neste último já existe projeto em execução para implantação ainda este ano de 2012. Cabe ressaltar que não existe oferta de curso superior público, bem como professores graduados para atuarem no campo com formação específica para a realidade do campo.

Em todo o Estado de Rondônia, e aí se fala em todos os 52 municípios, com exceção do município de Rolim de Moura, no qual se faz estudo para implantação dessa modalidade de ensino e de Ouro Preto do Oeste cujo projeto de ensino do campo já está em pleno desenvolvimento, existem 102 escolas do campo, o que corresponde ao contingente de 5.700 alunos. Além disso, o estado de Rondônia, por meio da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), já tem em preparação projeto de implantação de 12 outras escolas do campo com base na metodologia da pedagogia da alternância para os próximos anos, embora ainda esteja muito distante em atender as reais necessidades dos camponeses.

No que diz respeito aos docentes de educação do campo, eles correspondem a um contingente de 320 professores, pode-se afirmar que, num sentido genérico, os mesmos não possuem formação específica para atuarem nas duas modalidades de educação do campo aqui tratadas, de forma satisfatória e adequada, pois esses professores são oriundos das diversas áreas das licenciaturas.

Na tentativa de sanar essa lacuna na formação inicial desses docentes, os mesmos realizam, periodicamente, formação em serviço em modalidades, tais como, especializações além de encontros de formação como, por exemplo, o IV Seminário Estadual de Educação no Campo ocorrido em 25 de setembro de 2012 e diversos outros eventos. Os referidos eventos se fazem através de parcerias entre a Secretaria Estadual de Educação - SEDUC e Instituições de Ensino Superior - IESs, entre elas, a UNIR – Universidade Federal de Rondônia.

Quanto saberes da terra, a SEDUC de Rondônia está a eles vinculado por meio do ProJovem Campo – Saberes da Terra que é um programa de escolarização de jovens agricultores e as famílias em nível fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), integrando qualificação social e profissional.

O Programa surgiu em 2005 vinculado ao Ministério da Educação pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) com a

meta de escolarização de 5.000 jovens agricultores de diferentes estados e regiões do Brasil entre os quais o estado de Rondônia, na região norte.

A formação continuada dos profissionais que atuarão neste Programa será de responsabilidade das Instituições de Ensino Superior, federais e estaduais, em parceria com os sistemas públicos de ensino estaduais e municipais, responsáveis pela execução do programa quando a ele aderirem.

O currículo do ProJovem Campo está vinculado às áreas de conhecimento como Linguagem, código e suas tecnologias; Ciências Humanas, Ciências Naturais; Ciências Exatas e Ciências Agrárias e contemplando, enquanto orientação pedagógica, a pedagogia da alternância, tempo escola e tempo comunidade.

Em Rondônia, são 09 municípios contemplados com o Projovem-Saberes da Terra, isso corresponde a 11 espaços de ensino-aprendizagem (assentamentos), abrangendo um contingente de 385 alunos e 41 profissionais de educação. Os CEEJAs dos municípios rondonienses abrangidos pelo Projovem-Saberes da Terra estão em: I - Ariquemes; II - Novo Horizonte do Oeste; III - Colorado do Oeste; IV - Corumbiara; V - Porto Velho; VI - Presidente Médici; VII - São Miguel; VIII – Urupá; IX - Nova Mamoré.

Além disso, Rondônia instituiu o Programa Escola Guaporé de Educação do Campo que conta com Escolas Comunitárias Agrícolas e Escolas da Rede Estadual de Educação. Atualmente existem 05 Comunidades de Educação ensinando técnica agropecuária para 850 estudantes da zona rural dos municípios de Cacoal, São Francisco do Guaporé, Novo Horizonte, Ji-Paraná e Vale do Paraíso. São as Escolas Família Agrícolas (EFAs).

Como existe um contingente de 361 profissionais de educação trabalhando com a educação do campo na sua grande maioria sem habilitação, isto é sem qualificação adequada para tal modalidade de ensino e também como há um número significativo de estudante do campo correspondente a 6.085 alunos e levando em consideração que o governo estadual projeta ampliar a oferta de educação do campo, isso implica em aumento do contingente de professores e de alunos, logo faz necessário e fica evidente uma formação regular desse contingente de profissionais, e como na conjuntura educacional estadual inexistente tal formação e reconhecendo a demanda por um curso consistente, permanente e regular que contemple esses profissionais, urge, em consequência do que foi demonstrado, a

criação, implantação e implementação de um curso nos moldes de uma licenciatura em educação do campo.

Tais ações implantadas pelo Governo do Estado até o momento revelam uma pressão por formação de nível superior para professores que atuem nas séries finais do ensino fundamental e no ensino médio nas escolas do e no campo.

## **2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO- PEDAGÓGICA**

### **2.1. Objetivos do Curso**

#### **Geral**

Contribuir para efetivação da inclusão social ao formar professores para os anos finais (segundo segmento) do Ensino Fundamental e Ensino Médio, no caráter de Licenciatura Plena em Educação do Campo, em consonância com a realidade socioeconômica e cultural específica das populações do campo, nas habilitações: Ciências da Natureza e Ciências Humanas e Sociais.

#### **Específicos**

- a - Formar professores para os anos finais, segundo segmento, do Ensino Fundamental e Ensino Médio, para o exercício da docência multidisciplinar em escolas do campo nas habilitações de Ciências da Natureza e Ciências Humanas e Sociais;
- b - Promover a formação de educadores para atuação em escolas do campo, aptos a fazerem a gestão de processos educativos e a desenvolverem estratégias pedagógicas que visem a formação de sujeitos humanos, autônomos e criativos capazes de produzir soluções para questões inerentes à sua realidade, vinculadas à construção e execução de projetos sustentáveis suscetíveis de estimular a permanência da família camponesa no campo;
- c - Contribuir para a efetiva expansão da qualidade dos Ensinos Fundamental e Médio do campo, como ferramentas imprescindíveis da permanência e da melhoria da qualidade de vida da família camponesa, em consonância com a tese da inclusão social;
- d - Estimular nas instituições de ensino superior - IES e demais envolvidos na implementação desta Licenciatura ações articuladas de ensino, de pesquisa e de extensão voltadas para demandas suscitadas pela Educação do Campo; e,

incentivar os futuros profissionais da educação a conhecerem e valorizarem os costumes e tradições dos camponeses.

## 2.2. Concepção do Curso

A fundamentação filosófica do curso de Licenciatura em Educação do Campo tem por base a concepção do materialismo histórico e dialético em que se prima por compreender o contexto da realidade vivencial dos discentes, a totalidade dos fatos e fenômenos sociais, dentre outros aspectos relevantes que são considerados nesta perspectiva.

Engels (1985, p. 215), em sua obra “A Dialética da Natureza”, ao enfatizar as questões do vínculo entre vida humana e o trabalho acontece na ação transformadora da natureza e da sociedade destaca que:

O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. E o é, de fato, ao lado da Natureza, que lhe fornece a matéria por êle transformada em riqueza. Mas é infinitamente mais do que isso. É a condição fundamental de toda a vida humana; e o é num grau tão elevado que, num certo sentido, pode-se dizer: o trabalho, por si mesmo, criou o homem.

Eis uma das razões pelas quais teóricos que estão imersos na formação dos educadores para atender as necessidades destas escolas, ao adotar os instrumentos da Pedagogia da Alternância, se reconhecem também na presença da orientação interdisciplinar que pressupõe saberes multifacetados. Nesta perspectiva, tais orientações, ao contemplar o mais rico vínculo entre as relações que acontecem na relação entre o homem e a natureza (processo produtivo do campo), são pressupostos cujos esclarecimentos em profundas bases científicas encontradas na dialética marxista foi sistematizada por Marx e Engels na Teoria do Materialismo Histórico e Dialético. Neste sentido, Gnoatto, apud Luck (2006, p. 84) fala sobre a questão apontando que

A interdisciplinaridade, portanto, propõe uma orientação para o estabelecimento da esquecida síntese dos conhecimentos, não apenas pela interação de conhecimentos produzidos nos vários campos de estudo, de modo a ver a realidade globalizante, mas sobretudo, pela associação dialética entre dimensões polares, como por exemplo teoria e prática, ação reflexão, generalização e especialização, ensino e avaliação, meios e fins, conteúdos e processos. Indivíduo e Sociedade etc.

Compreende-se que a concepção do Materialismo Histórico e Dialético sustenta a orientação filosófica deste curso, por se tratar de abordagem que se preocupa com as interconexões dos saberes nas diversas áreas do conhecimento e disciplinas do currículo de ensino, buscando compreender e explicar a objetividade da natureza e da história e reciprocidade de influências entre a história da sociedade e a história da natureza.

Os pressupostos teóricos e metodológicos desta concepção orientam a compreensão dos fenômenos da natureza e da sociedade em constante devir e reciprocidade, na objetividade da existência do homem e da natureza. O marxismo se constitui assim, como o mais rico instrumento teórico possível de orientar o significado do conhecimento multifacetado, visto que advém da compreensão do papel decisivo do **que fazer** do homem, enquanto construtor da história nos dois polos das seguintes dimensões: o da história da sociedade e o da história da natureza e suas contradições, que se refletem na formação do psiquismo humano.

Marx (2003, p. 248) ao falar sobre a objetividade da natureza e da existência humana, nos adverte que “O concreto é concreto por ser síntese de múltiplas determinações, logo, unidade na diversidade”. Daí porque encontramos pontos de interseções para fundamentar as ações deste projeto em diversos estudiosos que convergem na orientação de conteúdos multifacetados para orientar como realizar o vínculo entre estudo e trabalho (processos produtivos) que existem na sociedade atual dentre eles, a produção agrícola.

Para dar conta desta compreensão, a “Categoria Trabalho” se constitui no eixo integrador das interconexões dos saberes que fazem parte dos conceitos estruturantes desta teoria. Destaca-se como o mais importante, pois para tal concepção o “Trabalho”, em qualquer modo de produção é a forma por excelência, como o homem adquire o atendimento as suas necessidades vitais.

Marx, (2012, p. 571), ao avaliar a exploração do trabalho nas sociedades divididas em classes antagônicas, chama a atenção para o fato de que “[...] A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção exaurindo as fontes originais de toda riqueza: a terra e o trabalhador”.

Na obra “A ideologia alemã”, Marx & Engels, (2007, p. 86-87) acrescentam também que

Conhecemos uma única ciência, a ciência da história. A história pode ser examinada de dois lados, dividida em história da natureza e história dos homens. Os dois lados não podem, no entanto, ser separados enquanto existirem homens: a história da natureza e história dos homens se condicionarão reciprocamente.

Eis aí, um dos aspectos que demonstram esta interpenetração incontestável entre a história da natureza, da sociedade e do trabalho como um dos mais ricos conceitos estruturantes desta teoria e que pauta sobremaneira a orientação metodológica do projeto deste curso baseado na alternância entre o trabalho do campo e as teorias implícitas em cada disciplina que compõem a matriz curricular dessa proposta.

Assim, o Materialismo Histórico e Dialético é a teoria por excelência de base epistemológica para a orientação da Alternância Pedagógica na Licenciatura da Educação do Campo.

A alternância como instrumento pedagógico que guia e orienta a organização do curso em suas bases práticas, sendo este constituído do Tempo Universidade (TU) e do Tempo comunidade (TC). De acordo com Assis (2004, p. 51),

A alternância centrada na formação global e integrada à qualificação profissional permite superar a falsa oposição entre os seguintes pares: conhecimentos teóricos na escola e os conhecimentos práticos na empresa; o mundo da escola e o mundo da vida; o abstrato e o concreto; o pensado e o vivido; o disciplinar e o não disciplinar; a formação e a produção; o formal e o não-formal; o indutivo na escola e o dedutivo no trabalho.

A superação da dicotomia entre educação e sistema produtivo pela lógica da alternância é uma experiência conhecida nas Escolas Famílias Agrícola, Casas Familiares Rurais, Escolas Comunitárias Municipais Rurais, dentre outras que utilizam essa metodologia, no ensino Médio. Essas experiências são conhecidas mundialmente por Centros Educativos Familiares de Formação em Alternância (CEFFA) e se caracterizam por possuir

Uma Associação local responsável e liderada pelas famílias; uma pedagogia própria que alterna formação entre o centro educativo, a família, a propriedade, o meio...; uma preocupação pelo desenvolvimento local; e, um enfoque integral da educação que não se limita ao técnico profissional (GARCÍA- MARIRRODRIGA; PUIG, 2010, p. 33).

Esses princípios que norteiam a ação educativa dos CEFFAs são observados na práxis cotidiana dos monitores (educadores), cuja função é articular as famílias,



as lideranças da região, os orientadores de estágios e outros envolvidos no processo educativo dos estudantes. Na mesma direção Puig (2010, p. 59) define o CEFFA como sendo:

Uma Associação de famílias, pessoas e instituições, que buscam solucionar uma problemática comum de desenvolvimento local através de atividades de formação em alternância, principalmente de jovens, mas sem excluir os adultos.

A Associação é constituída basicamente pelas famílias que matriculam seus filhos no CEFFA com uma finalidade definida: a formação dos jovens a fim de que construam um futuro melhor. Essa formação tem por base segundo Puig (2010, p. 62):

1. Dar a possibilidade de acesso ao um diploma oficial, [no caso do Brasil o ensino fundamental e médio profissionalizante], aprendendo de outra maneira (que em alguns casos propicia a reconciliação com o meio escolar).
2. Qualificar para ingressar no Mundo do Trabalho. A inserção no trabalho em suas diversas modalidades (a propriedade ou empreendimento familiar, a criação ou melhora de seu próprio empreendimento, o trabalho como assalariado, ou a combinação de várias alternativas); quer dizer, o projeto pessoal de inserção socioprofissional.
- 3 Formar pessoas em valores humanos, promotores do desenvolvimento pessoal e coletivo, com uma capacidade de compromisso social no meio onde se encontra.

No que se refere ao desenvolvimento local os CEFFAs propõem uma perspectiva com base em uma agricultura com sustentabilidade, cuja preocupação central é produzir alimentos saudáveis para a subsistência familiar e comercializando os excedentes. Portanto, uma produção agroecológica familiar não direcionada, exclusivamente para o mercado.

Para conduzir os processos educativos nessa direção a pedagogia da alternância foi organizada em dois espaços-tempos distintos e integrados: a sessão no centro educativo e a sessão no meio socioprofissional, que na maioria dos CEFFAs estão alternados em tempos de 15 dias cada. Contudo essa formação por alternância não pode e nem deve reduzir-se, como frequentemente se faz, a simples relação binária do tipo: teoria e prática, escola e família, trabalho profissional e formação escolar, conhecimentos empíricos e conhecimentos teóricos, pois a realidade é muito mais complexa do que se apresenta nessa relação binária (GIMONET, 2008).

A partir desse autor um dos conceitos de alternância que pode se considerar importante para desenvolver a formação dos estudantes é que a ela seria a descontinuidade da continuidade da vida, compreendendo esses espaços-tempos como momentos de ação-reflexão-ação numa dialética constante em que as constatações, os questionamentos e problemas levantados da realidade, bem como os aprofundamentos e intervenções realizadas pelo estudante em seu meios comungam e se integram na cotidianidade da vida das pessoas que estão envolvidas nesse processo.

Na alternância os instrumentos pedagógicos utilizados pela equipe de monitores (educadores) se constituem do plano de estudos (pesquisa e interpretação sobre a realidade), colocação em comum da realidade<sup>1</sup>, visitas de estudos, estágios, caderno de acompanhamento<sup>2</sup>, avaliações individuais e coletivas, práticas em laboratórios, Projeto Profissional do Jovem, vida de grupo no internato, aulas, dentre outros. Esses profissionais da alternância, por meio desses instrumentos promovem o envolvimento dos vários formadores, compreendendo que o trabalho é um dos importantes elementos formativo das pessoas. Assim, na alternância se compreende com Frigotto (2010, p. 18) que “trabalho, em seu sentido de produção de bens úteis materiais e simbólicos ou criador de valores de uso, é condição constitutiva da vida dos seres humanos em relação aos outros”, e como tal tem a condição de educar as pessoas individual e coletivamente.

O princípio educativo do trabalho deriva de sua especificidade de ser uma atividade necessária, desde sempre, a todos os seres humanos. O trabalho constitui-se, por ser elemento criador da vida humana, num dever e num direito. Um dever se ser aprendido, socializado, desde a infância. Trata-se de aprender que o ser humano – como ser natural – necessita elaborar a natureza, transformá-la, e pelo trabalho extrair dela bens úteis para satisfazer suas necessidades vitais e socioculturais (FRIGOTTO, 2010, p.20).

---

<sup>1</sup> Colocação em comum é a exposição dos estudantes da pesquisa de campo efetuada no tempo comunidade que culmina na síntese elaborada pelo grupo contendo as constatações, motivos e causas e os questionamentos a serem aprofundados nas áreas do conhecimento. Portanto, é o momento de socialização entre os colegas dos saberes apreendidos por cada estudante de suas elaborações a partir do vínculo entre o TU e TC.

<sup>2</sup>O Caderno de acompanhamento é um instrumento utilizado para orientar o processo formativo do jovem tanto na família como no CEFFA em que os monitores semanalmente orientam o estudante de forma personalizada, informando a família os fatos ocorridos. Isso também acontece na família com o acompanhamento dos pais, que também registram os fatos ocorridos com o filho para ser apresentado no CEFFA aos monitores.

Então, cabe educar os jovens para envolverem-se nas tarefas de produção, de cuidarem da própria vida e da vida coletiva e compartilharem tarefas compatíveis com sua idade e isso se tem buscado com esses estudantes ao realizarem na sessão escolar, a título exemplar, a organização do ambiente educativo do CEFFA por meio da realização das tarefas de limpeza e arrumação um dos instrumentos pedagógicos da alternância na sessão escolar diária das salas de aula, dos dormitórios, etc, bem como na participação no “trabalho” prático na propriedade agrícola produzindo coletivamente alimentos para serem consumidos pelo grupo de estudantes nas refeições e comercializando o excedente.

Desse modo, o tempo pedagogicamente organizado em regime de alternância será o principal eixo do processo de formação, considerando também a vivência no grupo, as atividades culturais e a organização em que estão inseridos os acadêmicos. Enfim, a formação com o método da alternância integralizar-se-á a dimensão sócio profissional com as atividades das áreas do conhecimento, por meio dos instrumentos pedagógicos que geralmente são utilizados nesse processo educativo.

A orientação epistemológica que direciona o curso de Licenciatura de Educação do Campo inspira uma cumplicidade entre educandos e educadores no ato de ensinar e aprender. Tal afinidade rompe com a concepção tradicional, vista por Freire como concepção bancária da educação, em que a relação vertical que se estabelece entre ambos, nega a essência da existência do homem, em que a aprendizagem acontece em diferentes espaços da existência em que o processo produtivo tem lugar privilegiado.

Segundo Freire (2011, p. 58) sobre essa verticalidade presente na proposta conservadora da educação ele fala que

Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los.

Considerando os aspectos didáticos colocados acima, as ideias de Freire corroboram com a implementação da alternância em que o educando por meio da referida orientação, representa o centro da atividade pedagógica e como tal poderá alcançar alto nível de autonomia intelectual.

Ainda segundo Freire (2011), o homem é um sujeito cognoscente capaz de conhecer o mundo como objeto cognoscível. Esse mundo envolve os espaços não escolares como espaços de aprendizagem, os quais envolvem os espaços do sistema produtivo onde o educando e seus familiares retiram seu sustento. Nestes espaços tempos do curso de licenciatura do campo, o ciclo da responsabilidade da construção do conhecimento coletivizado em que se integra ensino, pesquisa e extensão, precisa estar vinculado ao processo de inserção social dos acadêmicos em lutas específicas dos movimentos sociais do campo.

### **2.3. Justificativa**

O *Campus* de Rolim de Moura, ao longo dos anos tem mostrado seu compromisso com os povos do campo, pautando-se em apoios mútuos com os movimentos sociais do campo do Estado de Rondônia na busca de resolver o problema da formação dos educadores do campo, em que a maioria não possui habilitação em nível superior. A UNIR, por sua vez, acompanhou atentamente todas as experiências da Pedagogia da Terra, curso iniciado em 2004, no qual foram matriculados 60 acadêmicos, destes 52 se formaram pedagogos da terra ao final de 2007 para atender as escolas das séries iniciais nas áreas de reforma agrária desse estado. A maioria dos formados neste curso está exercendo função nas mais diversas experiências educativas do campo em assentamentos e acampamentos de Rondônia e isso poderá ser replicado no curso de Licenciatura do Campo.

O público a que se destina esse curso é composto por assentados e acampados da reforma agrária, ribeirinhos, pequenos agricultores, remanescentes de quilombolas, indígenas, seringueiros, pescadores, “pequenos produtores”, assalariados rurais, dentre tantos outros camponeses. Estes povos até então tiveram acesso a uma educação inferiorizada, urbanizada e com professores sem formação de licenciatura plena, principalmente nas áreas que será oferecido o curso.

Enfatiza-se que a maioria das escolas do campo está mal estruturada; existem grandes distâncias dos alunos até a escola; os professores são insuficientes e sem a formação do ensino superior; e não se respeitam, nessa educação, os valores e costumes dos camponeses.

Desse modo, o curso e sua proposta pedagógica visa, além de outras finalidades, promover a titulação dos professores nas áreas afins, valorizar o espaço

tempo rural camponês, conhecer melhor a relação homem natureza, caracterizar as potencialidades socioeconômicas do lugar, compreender a questão agrária como parte constitutiva da vida no campo e, principalmente, ter capacidade de reflexão crítica sobre a forma de produção existente no espaço tempo rural.

Assim, o curso cumpre sua função social de oportunizar o aumento de vagas no ensino superior público, gratuito e de qualidade para a região onde se situa o *Campus* de Rolim de Moura. Contribuindo decisivamente para a formação profissional com qualidade científica, cultural, política e técnica, voltada para a realidade do camponês.

#### **2.4. Legislação**

O curso de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Ciências da Natureza e Ciências Humanas e Sociais responde ao Edital de chamada pública Nº 02, de 31 de agosto de 2012 da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI do Ministério da Educação - MEC e baseia-se legalmente nas orientações do ProCampo e Pronacampo.

Obedece aos preceitos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; da Lei nº 9394 de 20/12/1996 que Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; da Resolução CNE/CEB nº 01 de 03 de abril de 2002 a qual Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo; da Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008 que altera a LDB nº 9394/96; também modificada pela Lei nº 10.639 de janeiro de 2003, ambas estabelecem diretrizes para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e indígena”. O curso considera, ainda, elementos do Decreto 7.352/2010 do Poder executivo de 04/11/2010, que dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA; Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005 que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000; Decreto nº 3.298, de 1999, que regulamenta a Lei 7853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a política nacional para integração da pessoa portadora de deficiência; Resolução do CNE nº 1/2002, define que as universidades devem prever

em sua organização curricular a formação dos professores voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades especiais.

## 2.5. Perfil do Egresso

O curso de Licenciatura em Educação do Campo habilita para duas áreas de conhecimento conforme previsão do Edital MEC/SECADI:

- 1) Ciências da Natureza
- 2) Ciências Humanas e Sociais

O aluno egresso do curso deverá apresentar as seguintes competências e habilidades:

- a. Leitura histórico crítica da realidade promovendo ações propositivas como forma de enfrentamento dos problemas a ela inerentes.
- b. Capacidade e iniciativa de tomada de decisões na solução de problemas concretos.
- c. Capacidade de organizar e encaminhar proposições tomadas coletivamente.
- d. Compreensão crítica do processo histórico de produção do conhecimento científico e suas relações com o modo de produção da vida social.
- e. Capacidade teórico-metodológica para implementação de estratégias pedagógicas pertinentes à realidade da Educação do Campo.
- f. Aplicação apropriada de recursos áudios-visuais para a Educação do Campo.
- g. Compreensão dos procedimentos básicos para elaboração de projetos de ensino, pesquisa e de extensão voltados para a Educação do Campo.
- h. Compreensão dos processos educativos e histórico-sociais formadores dos sujeitos do campo.
- i. Capacidade de exercer a docência a partir de uma concepção de educação articulada às diferentes dimensões do processo pedagógico escolar.
- j. Apropriação das categorias teóricas básicas e dos métodos de construção científica da área da docência que permitam a continuidade dos estudos.
- k. Inserção no debate sobre as questões atuais a respeito da Educação no âmbito nacional, regional e local, quer sejam de ordens política, econômica, social, cultural e ambiental.
- l. Compreensão de seu papel político como educador.